



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA

Curso em Maringá - PR

Dias 08, 09 e 10 de
Maio de 2024.

TEMAS:

**VISÃO GERAL SOBRE OS PROCESSOS
NO TRIBUNAL DE CONTAS E SUAS
RESPONSABILIZAÇÕES NA NOVA
PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS
CONFORME DISPOSITIVOS DO STF E
TCE'S**

**PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES
DOS ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
NAS CÂMARAS E PREFEITURAS**

www.nstreinamentos.com.br

Programação

Dia 08/05/2024 – Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos.
- Entrega das Apostilas e material de apoio.
- Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

Dia 08/05/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Processos no Tribunal de Contas e suas responsabilizações na nova prestação de contas municipais conforme dispositivos do STF e TCE'S
- Professor: Dr. Bruno Grego Santos

Dia 09/05/2024 – Das 09:00h as 11:30h

- Prerrogativas, direitos e deveres dos advogados públicos municipais nas Câmaras e Prefeituras - Procurador Servidor
- Professor: Dr. Bruno Grego Santos

Dia 09/05/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Prerrogativas, direitos e deveres dos advogados públicos municipais nas Câmaras e Prefeituras - Procurador Jurista
- Professor: Dr. Bruno Grego Santos

Dia 10/05/2024 – Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

Coordenadoras:



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes.

INSCRIÇÕES:

Site: www.nstreinamentos.com.br

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

Temário

TEMA 1: PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DO TCE NA NOVA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONFORME OS NOVOS DISPOSITIVOS:

- 1.1. Prestação de Contas Municipais;
- 1.2. Denúncias e Representações;
- 1.3. Auditorias Externas;
- 1.4. Processo Eletrônico;
- 1.5. Ferramentas eletrônicas;
- 1.6. Regulamentações:
 - Acórdãos;
 - Resoluções;
 - Prejulgados;
 - Provimentos;
 - Súmulas;
 - Instruções;
 - Manuais,
 - Índice de Transparência da Administração Pública nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Esporte, Comunicação, etc.

TEMA 2: RESPONSÁVEIS E RESPONSABILIZAÇÕES:

- 2.1. Vias de responsabilização;
- 2.2. Penas aplicáveis:
 - No Processo Administrativo junto ao TCE;
 - Em Ação Civil Pública;
 - Em Processo Penal;
 - Em Processo Disciplinar Funcional (onde esteja vinculado);
 - Em Processo Disciplinar Profissional (pelo órgão de classe);
 - No julgamento das Contas na Câmara Municipal;
 - Outras responsabilizações na área civil.

TEMA 3: PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DOS ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NAS CÂMARAS E PREFEITURAS

3.1. PROCURADOR SERVIDOR:

- Regime Funcional Especial;
- Questões Gerais;
- Controle de Frequência e Carga Horária;
- Regime de Trabalho Remoto;
- Tempo Integral e Dedicção Exclusiva;
- Honorários Sucumbenciais;
- Responsabilidade Pessoal por Pareceres;
- Cargos em Comissões e Funções Gratificadas;
- Possibilidade de Contratação e Terceirização;
- Incompatibilidade e Impedimentos na Advocacia Privada.

3.3. O PROCURADOR JURISTA:

- Atuação Administrativa;
- Reflexos Municipais da Lei de Improbidade Administrativa;
- Compartilhamento de Controle Interno e Comissões de Licitações entre Poderes;
- Regime e Precatórios Municipais;
- Processo, Técnica e Redação Legislativa;
- Atuação em Comissões Processantes e Comissões Permanentes da Câmara Municipal;
- Atuação Judicial;
- Fazenda Pública e suas Prerrogativas;
- Controle de Constitucionalidade de Normas Municipais;
- O Procurador e os Processos Licitatórios no âmbito da Lei 14.133/21;
- O Procurador Parecerista na Atuação nos Processos de Sindicância;
- Execução e Protesto da Dívida Ativa;
- Informações no Mandado de Segurança.

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.890,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Depósito em nome de:
NS TREINAMENTOS EM
GESTAO PUBLICA LTDA.
CNPJ 12.137.995/0001-16
PIX: 12.137.995/0001-16
AG 0959-8 - C/C 38019-9
Banco do Brasil

LOCAL: Hotel Golden Ingá.
Rua Néó Alves Martins – 2398
Maringá – Pr.
44-8439-3036

Obs: Entrega de Certificado
somente com mínimo de
75% de participação.



Público-alvo: Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

CURRICULUM: Dr. Bruno Grego Santos



Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

> OBJETIVO:

A NS - TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Nesse sentido, o presente Curso abordará questões pertinentes que devem ser observados na visão geral sobre os processos no Tribunal de Contas e suas responsabilizações na nova prestação de contas municipais conforme dispositivos do STF e TCE'S. E também as prerrogativas, direitos e deveres dos advogados públicos municipais nas Câmaras e Prefeituras

E por conseguinte, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.